

DAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS À CONSTITUIÇÃO DE ESTUDANTES COTISTAS NEGROS NA UFRGS

Michele Barcelos Doebber; Clarice Salette Traversini

Resumo: A investigação objetiva analisar como as práticas institucionais postas em funcionamento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) vêm operando na inclusão dos estudantes autodeclarados negros, nela ingressantes através do Programa de Ações Afirmativas, e quais os efeitos dessas práticas na constituição dos estudantes. Para tanto apresenta estudo qualitativo na perspectiva dos Estudos Culturais em Educação em sua vertente pós-estruturalista, selecionando algumas ferramentas analíticas tais como as noções de identidade, diferença, normalização e in/exclusão. Também analisa práticas institucionais através de mapeamento de projetos acadêmicos, de registros em diário de campo e de entrevistas realizadas com estudantes, gestores e professores coordenadores de curso. A partir dos temas que emergiam do material empírico, chegou-se às seguintes contribuições para pensar a Universidade, hoje, e os movimentos inclusivos nesse espaço: a) É possível notar que os processos de inclusão na Universidade operam a partir de uma tensão. De um lado, é preciso mostrar a diferença de raça e classe social para acessar a Universidade; por outro lado, após o ingresso, é necessário um esforço constante para diluir as marcas da diferença, ou seja, tornar-se igual. Esta seria a condição para permanecer e ter sucesso na Universidade. Tal processo ocorre através de mecanismos de normalização que posicionam os sujeitos em um gradiente de in/exclusão. b) As práticas de in/exclusão, ao gerarem fronteiras que posicionam socialmente os sujeitos, levam muitas vezes os estudantes a um estranhamento e/ou desconforto com as exigências acadêmicas. Junto disso a sensação de “estar fora de lugar”, ao mesmo tempo em que querem pertencer a esse espaço. Com dificuldades de encaixarem-se ao perfil exigido, os estudantes que ingressam por uma política que se pretende inclusiva vivenciam ao mesmo tempo processos de exclusão. Além disso, a ausência de ações efetivas que visem à promoção de outras formas de permanência voltadas para esses novos sujeitos acadêmicos pode indicar a existência de algumas práticas de racismo institucional. c) Algumas práticas institucionais e estratégias culturais, provenientes das ações afirmativas, pautadas na abertura para o diálogo e na tentativa de novas metodologias de ensino-aprendizagem, podem, ao tensionar as disposições de poder, promover rupturas nos modos de ser da Universidade e de se estar nela. Ao se relacionarem de outra forma com os tempos e espaços acadêmicos, os estudantes exercem práticas de resistência que também desacomodam o modus operandi da UFRGS. Parecem residir nessas práticas as principais potências transformadoras das ações afirmativas na Universidade.

Palavras-chave: Educação Superior; Práticas institucionais; Ações Afirmativas; In/exclusão. Estudantes autodeclarados negros.